DISCURSOS SELECIONADOS DO PRESIDENTE JÂNIO QUADROS

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado Embaixador Celso Amorim
Secretário-Geral Embaixador Antonio de Aguiar Patriota

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente Embaixador Jeronimo Moscardo

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br

Discursos Selecionados do Presidente Jânio Quadros

Camille Bezerra de Aguiar Muniz
Organizadora

Fundação Alexandre de Gusmão

Brasília, 2010

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Equipe Técnica:
Maria Marta Cezar Lopes
Cíntia Rejane Sousa Araújo Gonçalves
Erika Silva Nascimento
Júlia Lima Thomaz de Godoy
Juliana Corrêa de Freitas

Programação Visual e Diagramação:
Juliana Orem e Maria Loureiro

Nota: O editor manteve a ortografia dos textos originais.

Impresso no Brasil 2010

Brasil. Presidente (1961). Discursos selecionados do Presidente Jânio Quadros. Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
64p.

ISBN: 978.85.7631.188-1

1. Política - Brasil. 2. Política externa - Brasil. I. Quadros, Jânio, Presidente. II. Título.

CDU 32(81)

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

Sumário

Biografia, 7

Discurso do Presidente Jânio Quadros veiculado pela "Voz do Brasil" – Palácio da Alvorada, 31 de janeiro de 1961, 9

Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo Presidente da República na Abertura da Sessão Legislativa de 1961, 19

El Presidente Jânio Quadros en la Cerimonia de Inauguración de la Exposición de Artistas Plasticos Contemporaneos Argentinos, en el Museo de Arte Moderno de Rio de Janeiro, 29

Carta-renúncia – Brasília, 25 de agosto de 1961, 33

Razões da Renúncia – São Paulo, 15 de março de 1962, 35

Bilhetes de Jânio Quadros, 53

Biografia de Jânio Quadros

Jânio da Silva Quadros nasceu em 25 de janeiro de 1917, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, filho de paranaenses de classe média.

Estudou em Curitiba e em São Paulo, para onde se mudou na década de 30. Formou-se em direito em 1939, trabalhou como advogado na capital paulista antes de entrar para a vida pública.

Foi eleito vereador em 1947, deputado estadual em 1950, prefeito de São Paulo em 1953 e governador em 1954. Retornou à vida pública no fim da década de 70. Em 1982, perdeu a disputa pelo govêrno paulista, mas conseguiu sua última vitória política em 1985, quando foi eleito prefeito de São Paulo.

Orador carismático, fez sucesso entre os eleitores com sua pregação sobre a moralidade administrativa.

Classificado por estudiosos como populista, foi eleito com 48% dos votos, resultado que superou o recorde da época para o Brasil, tomou posse em janeiro de 1961. Renunciou sete meses depois, alegando sofrer pressão de "forças terríveis".

Seu breve govêrno foi ambíguo, caracterizado por uma política interna conservadora de combate à inflação e por ações externas progressistas de aproximação com países de regime socialista e de defesa aberta de Cuba em seu confronto com os Estados Unidos.

Em 1964, Jânio teve seus direitos políticos cassados pelo Regime Militar.

Em novembro de 1990, já sofrendo problemas de saúde, Jânio foi abalado pela morte de sua esposa, Eloá do Vale, com quem teve dois filhos. Nos dois anos posteriores, seu estado de saúde agravou-se, vindo a falecer em 16 de fevereiro de 1992 em São Paulo.

Discurso do Presidente Jânio Quadros veiculado pela "Voz do Brasil"

Palácio da Alvorada, 31 de janeiro de 1961.

[COMUNICADO]

Rio de janeiro, 1° de fevereiro de 1961.

Êlevado à Presidência da República por inequívoca determinação do povo brasileiro, não posso e não quero iniciar o exercício dêste mandato sem o agradecimento a êsse voto de esperança. Nosso povo ativo e laborioso, ei-lo aqui diante de mim, espiritualmente presente, a testemunhar neste ato o triunfo dos seus anseios cívicos. Estou certo de que as mulheres e os homens com quem me avistei e aos quais me dirigi durante a campanha no Norte e no Nordeste, no Oeste, no Centro, no Leste e no Sul do país, têm suas atenções voltadas para este Distrito Federal, êlevando suas preces ao Altíssimo, pelo êxito da administração que se inicia. Que Deus onipotente me ilumine e me resguarde na jornada. Como o afirmei em numerosas paragens do território da pátria, este será um govêrno rude e áspero; tais objetivos não têm sentido de ameaça, antes, exprimem a franqueza de quem não mente aos seus concidadãos, porque não foge ao seu dever nem abdica das suas convicções. Se não me faltar o arrimo da inspiração divina, se não me faltar o apoio das multidões, se não me faltar o apoio do Legislativo e do Judiciário, sei de mim que resgatarei a palavra de fé empenhada nas praças. Somos um Estado

democrático cujos fins se contêm no govêrno do povo, pelo povo e para o povo. O povo estará comigo e comigo governará. O povo será, a um tempo, a minha bússola e o meu destino. Investido na chefia do Executivo, julgo-me no dever de expor, para ciência de todos, o estado atual da República. É indispensável que se conheçam na extensão e no vulto da sua inteira realidade os problemas cujo deslindamento me compete. É necessário que se saiba o que me entregam e as reais condições do que me entregam. Tenho por imprescindível um severo arrolamento das questões que nos aguardam e que resultam não apenas do estágio de desenvolvimento que atingimos, mas também da carência de uma visão segura, ao mesmo tempo geral e específica, dos reclamos com freqüência contraditórios dessa coletividade. Ao termo do mandato, aceito que me julguem pelo que restar do cotejo entre o que recebo e o que por minha vez transmitirei. Não há ninguém pessoalmente na mira das prevenções que me atribuem, mas também não haverá ninguém, a começar dos mais altos escalões administrativos, que possa situar-se fora das normas de exação, compostura e integridade que caracterizarão os negócios públicos neste qüinqüênio. Candidato, não revidei; presidente, não tenho paixões a comprazer nem adversários a alcançar. Derrogarei até o limite extremo das minhas forças a contrafacção do sistema político-administrativo que infelicitou a pátria em alternância de ações irresponsáveis e de emissões em confiança. No combate a essa adulteração, a essa corrupção que infecciona e debilita o regime, não darei quartel. A vassoura que o povo me confiou nas assembléias, trago-a comigo, para os serviços empreitados. Usá-la-ei em consonância com o que prometi e com o que me reclamam, mas em caráter da mais estreita imparcialidade. A estatística, todavia, demora infensa às frases da retórica e à graça dos ditirambos. Se conclusões inculca, é que estas se acham entranhadas no panorama que cumpre analisar. Será proveitoso, quando nada para os juizes da história, que cada qual tome do ônus comum o quinhão que lhe caiba.

É terrível a situação financeira do Brasil. Nos últimos 5 anos, o meio circulante passou de 57 bilhões para 206 bilhões de cruzeiros. Faltam-me as cifras da aluvião de papel-moeda relativa ao primeiro mês deste ano. Não me causaria estranheza que a tabela complementar denunciasse fluxo ainda mais incontinenti. Desenhadas em centenas de milhares, ao estrangeiro devemos 3 bilhões e 802 milhões de dólares, o que marca, só a este título e naquêle período, a êlevação de 1 bilhão e 435 milhões de dólares sôbre o passivo anterior.

E a situação é tanto mais séria quando se sabe que somente durante o meu govêrno deverei saldar compromissos em moeda estrangeira no total de cêrca de 2 bilhões de dólares. E, só no corrente exercício, de 600 milhões de dólares. Importa assinalar que, além de compromissos pontuais, existem operações efetuadas pela Carteira de Câmbio a título de antecipação da Receita, num montante que sobe a 90 milhões de dólares. Tanto vale dizer que essa vultosa importância deverá ser deduzida da magra receita das nossas exportações em 1961. Destaque-se que a Carteira de Câmbio, apesar de vir emitindo promessas de venda a 150 dias, não as liquida no prazo aventado, somente o efetuando com atrasos de um mês ou mais. De outra parte, causam intranqüilidade, pelo volume, os encargos aceitos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico com avais e empréstimos externos. Estes ascendem, em nome do Tesouro Nacional, a 11 bilhões e 200 milhões de cruzeiros e, em nome do próprio banco, a 23 bilhões e 400 milhões de cruzeiros, perfazendo as duas cifras o total de 34 bilhões e 600 milhões de cruzeiros. Destarte, embora se tome por base o preço artificial do câmbio do custo, 100 cruzeiros por dólar, os aludidos avais representam obrigação suplementar de 340 milhões de dólares. Internamente somam-se a estes débitos astronômicos o montante do endividamento do Tesouro junto ao Banco do Brasil, os "restos a pagar" acumulados de 1956 a 1960, e o aumento da dívida da nação aos institutos de previdência. Encaro sem otimismo as perspectivas do balanço de pagamento do país no futuro imediato. Os preços internacionais de quase todas as matérias-primas continuam baixando em virtude de a oferta mostrar-se superior à procura.

No que tange ao café, riqueza que cumpre defender a curto e a longo prazo, o que tem sido infelizmente deslembrado, as perspectivas entremostram-se [des]alentadoras, A 31 de janeiro de 1956, o preço médio do produto em centavos de dólar, por libra-peso, era de 47 cents. Na data de hoje, o mencionado preço é de 33 cents. A diferença impôs à economia nacional perdas assustadoras de moedas fortes. Estima-se em cêrca de 40 milhões de sacas o estoque do produto adquirido pelo govêrno e que se encontra às mãos do IBC. Careço ainda de informações estatísticas sôbre as quantidades vendidas pelos particulares, contudo, só a armazenagem do café do IBC, cuja qualidade se discute, custa aos brasileiros mais de 200 milhões de cruzeiros por mês.

Os déflcits orçamentários, nos últimos dez anos, apavoram. Subiram êles, de 1951 a 1955, a 28 bilhões e 800 milhões de cruzeiros, alçaram-se, de

1956 a 1960, a 193 bilhões e 600 milhões de cruzeiros, O déficit em potencial, para o exercício de 1961 - o primeiro do meu govêrno—é de 108 bilhões de cruzeiros, que assim se decompõem: orçamento, 302 bilhões e 300 milhões de cruzeiros; créditos transferidos, 3 bilhões de cruzeiros; créditos a serem abertos, 30 bilhões de cruzeiros; liquidação de resíduos passivos, 15 bilhões de cruzeiros; outras despesas —-Brasília — 10 bilhões de cruzeiros. Mesmo considerando que a receita do exercício, orçada em 246 bilhões e meio, pode atingir cêrca de 262 bilhões, isto é, 19% acima da arrecadada em 1960, a nossa estimativa de déficit está plenamente justificada.

Os índices de êlevação do custo de vida, nêsses mesmo 10 anos, apurados pela Fundação Getúlio Vargas, correm parelha com as demais, conseqüências do surto inflacionário. Atribuindo-se o índice 100 para média de 1948, alcançamos, em 1955, o marco 259 e, em dezembro último, acima de 820.

Os investimentos efetuados e os que estão em via de execução em Brasília montam a 72 bilhões e 600 milhões de cruzeiros.

Apesar das prorrogações obtidas e da imprudência dos saques a descoberto, os pagamentos de nossas obrigações vencidas aos estrangeiros não puderam ser cumpridos nos prazos estabêlecidos. Em novembro último, não dispúnhamos de 47 milhões e 700 mil dólares para cobrir ajustes com o Fundo Monetário Internacional. Faltaram-nos, igualmente, recursos para quitar duas obrigações do Eximbank, uma de 8 milhões e 200 mil dólares, outra de 20 milhões e 100 mil dólares. Tomou-se apenas, singelamente, a providência de descarregar as faturas vencidas sôbre a administração que ora se instala. No quadro que me é presente, resulta que devo pagar, entre 1961 e 1965, 1 bilhão, 853 milhões e 650 mil dólares de prestações, o que significa, fazendo-se a conversão do dólar à taxa do câmbio livre, na base de 200 cruzeiros, o dólar, 370 bilhões e 730 milhões de cruzeiros. Toca-me obter o numerário para repor o que os outros consumiram. E o total não envolve os empenhos atinentes à liquidação de promessas de venda de câmbio, à importação financiada de preços complementares, à amortização da dívida de grupos e empresas privadas.

O que se fez, acresço, o que logrou retumbantes repercussões publicitárias, cumpre agora saldar, amargamente, pacientemente, dólar a dólar, cruzeiro a cruzeiro. Hoje, faz-se mister, nesta nação de fachada nova, mas de economia exangue, que êsse povo, opresso pelo subdesenvolvimento, roído

pela doença e pelo pauperismo, se despoje dos últimos níqueis para honrar dívidas postas no nome do Brasil.

De outra parte, as tabelas de enriquecimento da economia nacional, levantadas pelo valor da produção interna bruta, não explicam o comprometimento das finanças e da economia aqui posto sumariamente em rêlevo. Ao contrário, mostra que a pressão tributária, isto é, o vulto da sangria imposta ao povo nestes últimos anos, aumentou de 22% para 30%. Os dados são oficiais. Urge que o povo os conheça, fixe e decore. Sacrifícios serão inevitáveis, todos devemos consentir nêles; senão, avançamos, futuro a dentro, conforme se sonhou com tão inocente ou malicioso ufanismo. Sacamos o futuro, contra o futuro, muito mais do que a imaginação ousa arriscar. O vencimento dêstes encargos bate às nossas portas. Vamos esquematizar a solução dêles, honestamente, corajosamente, certos de que não nos faltará a cooperação internacional. Poderá melindrar aos que não se atemorizam com o fato, embora se arrepiem face ao seu anúncio, que exponha, em oração a que a natureza da cerimônia confere repercussão internacional, o quadro deplorável das nossas finanças. Faço-o muito de indústria. Para os círculos bancários e econômicos, indígenas e estrangeiros, não é êle novo, antes, sobejamente conhecido. Ignora-o, apenas, a opinião nacional, mantida entre os vapores inebriantes de uma euforia quase leviana. Precisamos saber a quantas andamos, para determinar realisticamente e não ao sabor de róseos devaneios, para onde vamos e como lá chegaremos.

Tão grave quanto a crise econômica e financeira se me afigura a crise moral, administrativa e político-social em que mergulhamos. Vejo a administração emperrada pela burocracia e manietada por uma legislação obsoleta. Vejo as classes erguerem-se, uma a uma, contra a coletividade, coisas de vantagens particulares, esquecidas de que o patrimônio é de todos. Vejo, por toda a parte, escândalos de toda a natureza. Vejo o favoritismo, o filhotismo, o compadrio sugando a seiva da nação e obstando o caminho aos mais capazes. Na vida pública, mal se divisa a distinção entre o que é sagrado e o que é profano. Tudo se consente ao poderoso, nada se tolera ao sem fortuna. A previdência social, para a qual se recortou roupa nova, vem funcionando contra os trabalhadores. Dessas mazelas, várias não são — pobre conforto! — unicamente nossas. Nosso século está marcado pelos movimentos de massa, pelas reivindicações organizadas das categorias profissionais. O desenvolvimento burocrático, industrial, comercial, técnico-científico, solidarizando-se entre si, vários grupos unidos por atividades

semelhantes, sacudiu sucessivamente os braços da balança social ao peso de novas exigências sempre que um dos grupos se julgava preterido em relação aos outros. Há um século idealizou-se a sociedade perfeita, realizada, calma. Extinguir-se-iam os conflitos. Essa idealização, espancando os sonhos, ora românticos, ora líricos do século XVIII, tinha como premissa a possibilidade de previsões indefinidas do futuro da espécie, como se a história não ensinasse que a vida do homem sôbre a terra é marcada por luta permanente, que sempre se readapta às novas condições, em busca de justiça e liberdade. Grave, porém, foi a transformação dessa filosofia — inegavelmente magnífica, na sua propositura — em arma político-ideológica a serviço de um novo tipo, o do imperialismo, que se atirou à conquista da supremacia mundial, impondo a todos a insegurança, o arbítrio, a prepotência, o desconhecimento de quaisquer prerrogativas que não as do pequeno grupo, estas absolutas. Para os pregadores dêsse credo, as reivindicações dos grupos de trabalhadores e das categorias profissionais e sociais não se constituem em um fim.

Elas se convertem num simples, frio e egoístico processo tático, que estiola internamente as nações, em proveito de um só beneficiário. Este logrou infundir em algumas camadas, incluída a dos intêlectuais, uma espécie de mística de autodestruição, de masoquismo cívico, de êxtase das multidões insatisfeitas. Abalou-se, pois, o conceito de solidariedade nacional, como se dentro das fronteiras do país pudêssem conviver e prosperar, insuflando-se civis a reivindicações contra militares, funcionários contra empregados, citadinos contra agricultores. Acham-se superados, sem dúvida, os termos do liberalismo ortodoxo. As leis da democracia devem ajustar-se às novas condições vigentes. A liberdade de organização sindical e o direito de greve interessam ao próprio conceito do regime. Sua aplicação, contudo, não objetiva a destruição da ordem social. Tenho por inadmissível a sua utilização dolosa contra a nossa coletividade, sôbretudo se a serviço de conveniências externas. Na flâmula do velho socialismo, a legenda de paz entre as nações ocupava lugar de rêlevo. Era legenda da confraternização geral, que simultaneamente condenava os jacobinismos estreitos e os nacionalismos obtusos, geradores de conflitos, por via do mesmo artifício demagógico, atrás recordado. E, como variante dêle, apresenta-se hoje o falso nacionalismo, como a sublime panacéia da época. No século dos têleguiados, dos satélites artificiais, dos aviões supersônicos, do rádio, da têlevisão, da ONU, surgem, nos países do Ocidente, operadores políticos — nem sempre nascidos nestas terras —

intentando despertar e acirrar ódios nos Estados do hemisfério, valendo-se dos enormes tropeços que os respectivos povos defrontam nas veredas do progresso. Êsses esforços precisam ser desmascarados, enfrentados e batidos, isto se realmente quisermos atingir o duplo objetivo que sôbremaneira nos importa: internamente, promover a ascensão do êlemento humano abandonado, o que só será viável mediante um senso profundo de solidariedade geral; e, no plano internacional, proporcionar ao Brasil a posição a que faz jus no concerto das nações.

A tarefa é possível mediante uma política soberana, mas soberana no sentido real e amplo diante de todas e quaisquer potências. Ainda recentemente, das Antilhas conturbadas, chega-me o eco das vozes de esperança com que aquela gente, desassombrada e altiva, aguarda o novo govêrno norte-americano e a inauguração dêsse próprio govêrno, na expectativa de outras diretrizes de cooperação para todo o continente.

O grau de dissolução a que chegamos derivou, em parte, da crise de autoridade e de austeridade do poder, comprometido o seu prestígio por um rol consternador de escândalos oficiais, incentivados pela mais arrepiante impunidade.

Apercebidas de que o arcabouço federal comprometia-se com especuladores empenhados no auto-enriquecimento e na auto-concessão de proveitos e regalias, fora impossível que as camadas menos favorecidas da população deixassem, por sua vez, de reivindicar, sempre e incessantemente, proveitos e regalias. O meu govêrno, entretanto, representa um paradeiro a isso, definitivo e último.

Êle traduz o grito de revolta de seis milhões de êleitores, decididos a pôr o ponto final a êsse ciclo de insânias. Todavia, para que a obra de govêrno tenha êxito, é preciso que aquêles que contribuíram para a vitória dela participem e sustentem.

É fundamental e imprescindível que se afirmem a solidariedade e a co-responsabilidade de todos os núcleos sociais. Isto vale para os que detêm o capital e as alavancas da produção, para os que lidam nas cidades e nos campos, para os civis e para os militares. Crescemos todos juntos, de mãos dadas, cada qual suportando as penas necessárias ao êxito comum, ou afundamos todos, sem remissão, afogados no mar da falência global.

Não pedirei ao povo que aperte o cinto e sofra calado o enriquecimento abusivo e indecente dos gozadores inescrupulosos. Os proletários e os

humildes devem zelar pelos seus interêsses e por êles lutar dentro das regras do sistema democrático.

Cumpre-lhes, porém, imbuir-se da disciplina do trabalho. Será nosso emprenho promover o bem-estar das camadas populares, a começar pelas mais deslembradas, quais as do sofrido Nordeste. Mas o bem-estar nacional resultará de crescimento harmonioso da nossa economia, do seu planejamento, de gestão governamental proba e eficiente, em que todos tenham o seu quinhão, como recompensa da sua firmeza e da sua labuta.

Não se arrede da nossa mente que, quando um grupo social recebe vantagens além dos limites de eqüidade, é todo o restante da população que suporta o fardo dessa exorbitância. Atento a êsse critério é que se pode decidir da procedência ou improcedência das reivindicações.

Precisamos encarar o problema social com olhos que enxerguem, liquidando o engano segundo o qual os cidadãos podem pleitear do Estado, como se este fosse arca sem fundo, na qual a todos é permitido meter as mãos, sem que os tesouros jamais se esgotem.

O Estado somos todos nós.

O Estado é, apenas, o construtor e o supervisor da fortuna coletiva.

A nossa renda nacional resulta, e só, daquilo que produzimos, consumimos e exportamos.

Somente dessa renda podemos participar, somente ela é suscetível de partilha. Se, como cardume de piranhas, precipitarmo-nos sôbre ela, cada qual abocanhando o quinhão do seu apetite, nada sobrará para os investimentos indispensáveis ao progresso e, dentro de pouco tempo, seríamos compelidos a implorar à caridade internacional.

Nos países cujas instituições foram derrubadas em conseqüência do êxito de guerras fratricidas, o que vemos não é a instauração do reino dos céus. Ao contrário, daí por diante, ficaram proibidas todas as reivindicações, abolida toda a liberdade, suprimida a crítica. Em lugar de mil patrões a disputar o artífice no mercado da concorrência, um só patrão, prepotente e autoritário, dita salários, as horas de serviço e as cotas de produção. Em lugar da distribuição da terra, a sua estatização. Em face do grande império centrai, que tudo vê e tudo prevê, nenhuma pequena nação, mesmo afim ou irmã, mantém a licença de falar em nacionalismo.

Conservemos, pois, as nossas liberdades, fortalecendo-as e ampliando-as. Vivamos como seres livres, construindo o poderoso Brasil.

Tê-la-emos, afinal.

Díspares são os destinos, as ambições, as paixões dos homens.

A democracia é um regime suficientemente dinâmico para permitir que êsse embate de interêsses e de situações se procêsse sem dano maior à paz pública. É um coro de harmonias às vezes desencontradas, mas regidas pelo compasso do bem comum. Ela tem sabido.ajustar-se e vicejar, fortalecendo-se, mais e mais, mediante a ação do Estado no campo da iniciativa particular, orientando, empreendendo, complementando, atenta às novas exigências demográficas e sócio-econômicas. O nosso propósito deve ser multiplicar os órgãos da mecânica democrática, fazendo que surjam, ao lado dos tradicionais, outros, mais próximos das massas, que dêem a estas a representação a que fazem jus, com participação efetiva nas responsabilidades governamentais.

Pessimismo? Não!

Não se extraia desta mensagem uma conclusão pessimista quanto ao porvir de nossa pátria. Nem teria sentido que, ao final de árdua campanha, em que apaixonadamente pedi os vossos votos, viêsse dizer-vos que a tarefa para a qual fui êleito é inexeqüível.

Creio firmemente, profundamente, no invencível destino do Brasil. Esta é a terra de Canaã, ilimitada e fecunda. Nenhum obstáculo natural trava, aqui, o caminho do progresso, e eu me sinto orgulhoso de ser o seu dirigente.

Este é um país de solo fértil e de subsolo inesgotável. Ademais, já superamos o instante em que essas riquezas eram cantadas e permaneciam estéreis. Nossa agricultura expande-se, nossas indústrias multiplicam-se. Prosperamos, não por via de sortilégios, mas pelo mérito de todos os que tivemos a felicidade de habitar nesta nação.

Somos um povo tenaz e tranqüilo, impermeável a preconceitos de raça, de cor, de credo, que realizou o milagre de sua unidade cimentada nos séculos e que começa a erigir uma civilização sem rival nestes paralelos.

Não medraram entre nós as sementes divisionistas. Não temos pela frente óbices irremovíveis, Em face dos dramas que traumatizam tantos povos, os nossos problemas apresentam-se simples e fáceis. Podem ser assim resumidos: uma administração criteriosa e honesta; um planejamento realista e firme; um sistema de relações corajoso e franco entre governantes e governados.

Como disse o filósofo: "O que faz que os homens formem um povo é a lembrança das grandes coisas que realizaram juntos e a vontade de levar a efeito novas e grandes coisas".

Um país, entretanto, não é uma abstração. Incabível, pois, que, em nome dos habitantes de amanhã, se submeta os de hoje ao despojamento de seus bens êssenciais. Por igual, não nos assiste o direito de comprometer o conforto e a segurança das gerações futuras, dilapidando o patrimônio nacional.

Sob o meu govêrno, não haverá lugar para tais práticas.

Atravessamos horas das mais conturbadas que a humanidade já conheceu. O colonialismo agoniza, envergonhado de si mesmo, incapaz de solver os dramas e as contradições que engendrou.

Ao Brasil cabe estender as mãos a êsse mundo jovem, compreendendo-lhe os excessos ou desvios ocasionais, que decorrem da secular contenção de aspirações enobrecedoras. Compreender significa auxiliar no que for possível e no que for preciso.

Fiel à sua origem, às suas tradições, às suas tendências, à sua geografia, a nação não esquece, antes solenemente ratifica, todos os seus compromissos legais e genuínos.

Abrimos nossos braços a todos os países do continente. Abrimo-los, também, às velhas coletividades européias e asiáticas, sem prevenções político-filosóficas. Os nossos portos agasalharão todos os que conosco queiram comerciar. Somos uma comunhão sem rancores ou temores. Temos plena consciência da nossa pujança para que nos arreceemos de tratar com quem quer que seja.

Recebi, ainda agora, os cumprimentos do corpo diplomático. Desejo que cada um dos embaixadores acreditados em Brasília transmita a seus govêrnos e aos seus povos os votos de paz e prosperidade do povo e do govêrno do Brasil.

Com a indispensável cooperação do Legislativo e do Judiciário, não há cuidados que não dispense, nem há dores que não aceite para exercer, com exação e dignidade, a magistratura de que fui investido.

Aos homens e às mulheres que me ouvem e que em mim confiam, outra vez, os meus agradecimentos.

Que Deus onipotente me ajude, e nos ajude.

Meus compatriotas: viva o Brasil!

Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo Presidente da República na Abertura da Sessão Legislativa de 1961*

1 - DIRETRIZES GERAIS

A política externa de um país democrático, como é o Brasil, não pode ser senão a projeção, no mundo, do que êle é intrinsecamente. Democracia política, democracia racial, cultura baseada fundamentalmente na ausência de preconceitos e na tolerância, País disposto a empenhar-se integralmente em vencer a pobreza e o subdesenvolvimento econômico, genericamente renovador, sem ser rebelde, livre de compromissos externos anacrônicos ou oportunistas, e já tendo alcançado uma significação, nas relações internacionais, que lhe dá considerável possibilidade de ação e conseqüente responsabilidade - o Brasil deve ter uma política externa que, refletindo sua personalidade, suas condições e seus interesses, seja a mais propícia às aspirações gerais da humanidade, ao desenvolvimento econômico, à paz e segurança, ao respeito pelo homem porque homem, à justiça social, à igualdade das raças, à autodeterminação dos povos e sua mútua tolerância e cooperação.

Nascido o Brasil de uma corrente histórica profundamente cristã, tendo evoluído em torno de ideais democráticos que vão, agora, cada vez mais profundamente, marcando sua maneira de ser, somos membros natos do mundo livre e jamais perdemos consciência dessa circunstância. Pelo contrário.

* IV POLÍTICA EXTERNA (p. 91-101).

Mais claramente do que nunca vemos hoje a responsabilidade que nos cabe, o que de essencial há a defender e a situação favorável em que se encontra o Brasil para exercer sua ação, pelo exemplo e pela honestidade de propósitos.

Essa noção mais clara de nossas possibilidades e responsabilidades levou o Govêrno a assumir uma posição internacional mais afirmativa e independente, sem desconhecer compromissos assumidos. A posição ideológica do Brasil é ocidental e não variará. o reconhecimento dessa verdade, porém, não exaure o conteúdo de nossa política exterior. O Brasil só pode ver sua causa ideológica condicionada por seu caráter nacional e seus interesses legítimos.

O grande interesse brasileiro nesta fase histórica é o de vencer a pobreza, o de realizar efetivamente seu desenvolvimento. O desenvolvimento e a justiça social são da essência mesma dos ideais democráticos.

O interesse no desenvolvimento econômico é comum à maior parte da humanidade. Já se tem falado num conflito entre o norte e o sul deste globo, porções que se distanciam progressivamente em nível de vida, a primeira enriquecendo-se e a segunda empobrecendo-se. Essa diferenciação do mundo em duas partes, que se justapõe ao conflito ideológico leste-oeste, é essencialmente de ordem econômica e, ao contrário daquêle, não encontra grandes entraves para ser anulada. Tal anulação é um imperativo de sobrevivência de uma sociedade internacional, em que as nações tenham o direito de escolher o seu destino. Acreditamos nada se possa fazer de mais eficaz, para a neutralização do conflito ideológico, do que a eliminação, progressiva e rápida, dessa diferenciação norte-sul: nenhum outro objetivo, pois, merece maior empenho do mundo ocidental.

Concentrando energias no seu desenvolvimento econômico e decidido a conservar-se democrático, tem o Brasil o dever de contribuir para reforçar a paz e reduzir tensões internacionais. O problema da paz não é responsabilidade de poucos e, sim, de todos. A do Brasil não é das menores e não será esquivada. Temos uma contribuição a dar, pelo que somos e pelo que queremos.

Temos a convicção de que o estabêlecimento de contatos proveitosos entre os países de ideologias divergentes é possível e se impõe ao Brasil, quer por seus interesses comerciais, quer como colaboração necessária à redução das tensões internacionais e ao progressivo afiançamento da paz. O conflito leste-oeste tende a restringir-se, cada vez mais, ao campo das atitudes ideológicas. Temos confiança nas nossas, não desejamos mal aos povos que as têm diferentes. Não existem, a nosso ver, quaisquer que sejam. as

expectativas subjetivas de cada facção, conflitos ou antagonismos de índole doutrinária, ou social, que sejam incompatíveis com a política de convivência sincera, de coexistência leal.

2- NAÇÕES UNIDAS

Além da reativação das relações bilaterais com os países socialistas, em bases de respeito mútuo e visando ao incremento do comércio, o Brasil considera essencial à diminuição da tensão mundial uma política de fortalecimento das Nações Unidas. Para o Govêrno brasileiro, a Organização das Nações Unidas, sendo menos que um super-Estado, é mais do que a soma de seus Estados-Membros e não foi feita para ser utilizada por êles, isoladamente ou em grupo, como instrumento de sua política paroquial ou de seus interesses mais imediatistas. Não foram elas criadas para propiciar a expansão dêste ou daquêle bloco, mas para salvaguardar a paz e a segurança de todos, proteger os pequenos, permitir a justa aplicação do princípio de autodeterminação dos povos, promover o respeito aos direitos do homem, vitalizar a cooperação internacional para o desenvolvimento econômico, estimular a regulação jurídica do comportamento internacional dos Estados. O Brasil apoia todos êsses objetivos, que são seus, que considera inerentes ao que há de essencial ao mundo livre e o faz sem reservas, sem compromissos espúrios. Só temos compromisso com nossa Constituição, com nossa opinião pública, com os tratados e convenções vigentes e os princípios cristãos que informam a ética dos objetivos e meios de ação de nossa política exterior. O que o Govêrno brasileiro deseja para seu povo é o que deseja para todos os outros. Naturalmente, as limitações decorrentes da natureza das relações entre nações soberanas, a honestidade de propósitos com que o Govêrno brasileiro, emanação do Povo, se coloca ao serviço dêsses princípios éticos, na órbita interna, é a mesma que orienta sua ação no âmbito externo.

Êssa posição brasileira não é, de modo algum, incompatível com um "consensus" ético mínimo, indispensável à convivência sincera e leal que propugnamos.

A sinceridade é da essência de uma ordem pacífica no mundo, e o respeito pela opinião alheia. Tendo indicado a atitude do Govêrno no que tange às grandes questões de alcance econômico, o conflito leste-oeste, o desenvolvimento dos povos pobres e a paz, cumpre agora examinar as linhas

de ação que se oferecem no que concerne aos problemas que afetam cada grande região do mundo.

3 - PAÍSES SOCIALISTAS

O Brasil não pode ignorar, sem limitar-se injustamente, a realidade, a vitalidade e o dinamismo dos Estados socialistas. Foram, por isso, tomadas providências para o estabêlecimento das relações diplomáticas com a Hungria, a Romênia e a Bulgária e prosseguem os estudos para normalizar nossas relações com todos os países.

Convicto de que o continuado desconhecimento de uma situação política e jurídica estável não propicia a redução das tensões internacionais, determinou o Govêrno que a Dêlegação do Brasil à Assembléia Geral das Nações Unidas vote, na primeira oportunidade que se apresentar, pela aceitação plena das credenciais dos representantes da República Popular da Hungria e pela inclusão, na ordem do dia, da questão da representação da República Popular da China.

Nesta área, como em todas as demais, as medidas para ampliação de nossos mercados no exterior são da maior rêlevância; todas as possibilidades serão exploradas objetivamente, sem admitir sejam elas desvirtuadas para fins ilegítimos.

4 - EUROPA

A todo o mundo afetam a paz e a estabilidade da Europa. Ninguém pode descuidar-se do problema da normalização das relações entre os dois grandes blocos de poder na sua fronteira mais viva, que biparte o Continente europeu. Não é possível desconhecer aqui os interesses vitais de uma parte e de outra sem pôr em risco as possibilidades de uma convivência sincera.

O Govêrno brasileiro acredita que uma das questões críticas que requerem tratamento preciso e sem tergiversações, no interesse de todos, é a questão da Alemanha. Estamos profundamente convictos de que o problema alemão é um dos problemas chaves da tensão mundial e desejamos reafirmar que nossa posição sôbre o assunto continua inalterada. Acreditamos que o govêrno de Bonn é a verdadeira expressão política da Alemanha.

Poucos acontecimentos poderão contribuir mais para a paz e a prosperidade do mundo que o substancial progresso econômico verificado

na Europa ocidental nos últimos anos. Ligados a essa região por tantos laços, em que sobrêleva o vínculo perene com o povo português, consideramos indispensável que o progresso europeu resulte em trocas comerciais mais abundantes e num apoio decisivo ao desenvolvimento econômico do Brasil e da América Latina. Não serão, a longo prazo, vantajosos para a própria Europa os esforços de integração econômica a que ora se dedica, se dêles decorrer a indiferença pelas grandes possibilidades da cooperação com a América Latina.

Os interesses europeus, há que sublinhar, se ajustam complementarmente aos interesses brasileiros de aumentar suas relações de troca com o Velho Continente e dêle absorver parcelas mais substanciais de investimentos e de créditos a longo prazo. É indispensável, para tanto, que as pautas de importação e exportação sejam atualizadas, levando em conta a rápida e crescente industrialização brasileira. É indispensável, por outro lado, que os mecanismos europeus de financiamento, que prosseguem submetidos à restritiva regulamentação da Convenção de Berna, sejam adaptados às novas exigências mundiais de financiamento a prazo longo.

O mercado brasileiro constitui hoje um dos mercados em maior expansão do mundo e reflete a demanda de uma população crescente, que conta setenta milhões de habitantes e cuja renda per capita é igualmente crescente. Este mercado sempre esteve aberto à oferta internacional e sempre foi particularmente sensível à tradição de qualidade da indústria européia. O incremento da procura de bens de produção, determinado pelo rápido desenvolvimento brasileiro, entretanto, torna necessária a adoção de esquema de financiamento por mais longo prazo de parte dos países que queiram acompanhar a expansão de nossas compras.

O Govêrno empreenderá as necessárias gestões, junto aos países europeus, no sentido de promover a adoção de formas de financiamento a prazo longo, compatíveis com o nosso mútuo interesse na aplicação do intercâmbio comercial e na sadia aplicação, na acêleração do desenvolvimento brasileiro, da poupança européia.

5 - MUNDO AFRO-ASIÁTICO

Não menos importantes, hoje em dia, do que os laços tradicionais que nos ligam à Europa, são os interesses, aspirações e pontos de contato entre o Brasil e os povos da África e da Ásia. Com todos êles, praticamente,

estamos irmanados na luta pelo desenvolvimento econômico, pela defesa dos produtos de base, pela industrialização, pela incorporação à vida nacional de todas as camadas da população. Da mesma aspiração de paz mundial participamos e com o mesmo fervor e a mesma disposição de agir nos conselhos mundiais pela redução das tensões. Somos um povo de todas as raças, em que a cor, a religião, a filiação política são irrêlevantes, e o indivíduo vale pelo que é. Não aceitamos qualquer forma ou modalidade de colonialismo ou imperialismo. Pode-se afirmar, com a sinceridade mais absoluta, que o Brasil se esforçará para que todos os povos coloniais. repetimos, todos, sem exceção, atinjam sua independência, no mais breve prazo possível, e nas condições que melhor facultem sua estabilidade e progresso.

O princípio de autodeterminação, em suas aplicações, necessariamente envolve problemas específicos em cada situação. Não é possível confundir a pretensão de um povo à independência com a pretensão de um Estado a obter território alheio por motivos apenas de proximidade geográfica.

Nenhuma satisfação maior para o Govêrno, no cenário mundial, do que ver aproximar-se o dia em que um povo de tanta significação no mundo islâmico, como é o argelino, atingirá a sua independência. O Brasil formula os melhores votos para que os entendimentos entre os dois grandes estadistas, que são De Gaulle e Burguiba, possam facilitar o encaminhamento de uma solução decisiva para a heróica luta do povo argelino.

Não serão descuidadas as oportunidades para estreitar relações com os povos árabes, cuja cultura tem velhas conexões com a nossa e cujos filhos vieram ao Brasil para engrandecê-lo.

O nosso esforço em África, por mais intenso que venha a ser, não poderá senão constituir uma modesta retribuição, um pequeno pagamento da imensa dívida que o Brasil tem para com o povo africano. Essa razão, de ordem moral, justificaria por si só a importância que este Govêrno empresta à sua política de aproximação com a África. Mas há mais queremos ajudar a criar, no Hemisfério Sul, um clima de perfeito entendimento e compreensão em todos os planos político e cultural, uma verdadeira identidade espiritual. Se bem que em fases diversas de desenvolvimento, os problemas que nos confrontam, de um e de outro lado do Atlântico, são semelhantes, possibilitando, destarte, o aproveitamento das soluções encontradas.

Uma África próspera, estável, é condição esssencial para a segurança e desenvolvimento do Brasil.

O Govêrno está estudando a criação de novas missões diplomáticas permanentes em países africanos, que simbolizem desde já o respeito em que os temos e a rêlevância que lhes atribuímos. Precisamos conhecer-nos melhor. Projeta-se o envio de missão especial de observação que possa formar impressão de conjunto dêsses países, consultar os desejos de seus líderes e de seus povos e esclarecer o Govêrno com maior precisão. O Ministério das Relações Exteriores já recebeu instruções para criar uma comissão de estudos das nossas relações com a África.

O Govêrno aborda o problema de suas relações com os Estados africanos com humildade. Sabemos que não poderemos dar-lhes ajuda material significativa. Mas temos a vivência, êles e nós, de luta em meios ecológicos semelhantes, que pode propiciar proveitoso intercâmbio de técnicas e experiências. Temos, os brasileiros, uma sociedade multi-racial tão harmoniosa e integrada que talvez não nos seja difícil a compreensão e o respeito em que toda boa amizade deve fundar-se.

A presente situação do Congo contrista a opiniâo pública o Govêrno do Brasil. Não poderiam as Nações Unidas ter garantido a ordem e a segurança naquêle país, quando os meios e poderes suficientes não lhe foram outorgados em tempo. O Brasil não vê por que deixar de confiar na inteireza e na capacidade do Secretariado da Organização, seu órgão permanente de contatos e execução. O Brasil está convencido da responsabilidade de todos os Estados-Membros das Nações Unidas de cooperarem honesta e eficazmente a fim de que a nova nação africana supere as lutas fratricidas, e os crimes em seu curso cometidos, e atinja a liberdade, estabilidade, total independência e indestrutível unidade a que tem direito. O Congo é dos congoleses e a tarefa das Nações Unidas é criar condições que os permitam governar, constitucionalmente e sem ódios, seu próprio país e encaminhá-lo para a plena utilização de suas potencialidades. É preciso impedir que os acontecimentos no Congo sirvam de instrumento para que qualquer país. ou grupo de países, obtenha vantagem para sua posição internacional específica.

6 - POLÍTICA CONTINENTAL

As possibilidades de ação e, portanto, as responsabilidades do Brasil no Hemisfério Ocidental são evidentemente maiores de que em qualquer outra região.

A evolução histórica recente de algumas nações irmãs estaria mais inclinada para a esquerda ou para a direita do que pareceria desejável, a juízo de alguns. Pouco importa, embora convenha manter aberto, de norte a sul, amigável e cooperativo, o diálogo sôbre as recíprocas experiências e necessidades. O que importa, todavia, é a afirmação, por todo país latino americano, de sua autodeterminação, preservada de qualquer intervenção alheia nos próprios negócios e resguardada de qualquer intervenção própria nos negócios alheios.

O Brasil manter-se-á fiel ao sistema interamericano e tudo fará para vitalizá-lo. Como foi reconhecido pela Ata de Bogotá, na qual estão consagrados os principais pontos práticos e teóricos da Operação Pan-Americana, a solução dos problemas que afligem o Continente dependerá substancialmente do progresso econômico.

Êsse progresso econômico não será estimulado enquanto não se decidirem os Govêrnos da América a passar ao plano das formulações teóricas para o terreno da execução prática de medidas adequadas. Por isso, é firme propósito do Govêrno brasileiro cuidar desde logo dessas providências concretas. Já no Itamarati estão sendo elaboradas propostas definidas e objetivas com êsse fim.

A disposição do atual Govêrno norte-americano parece ser a melhor possível. Os pronunciamentos das autoridades do referido Govêrno e as primeiras medidas que tomou, com a criação de uma comissão inter-ministerial para assuntos latino-americanos, são do melhor augúrio. Esperamos colocar em bases bilaterais fecundas e realistas as nossas relações com os nossos tradicionais amigos do norte.

O Govêrno brasileiro confia em que o Govêrno norte-americano, como os das demais repúblicas do Continente, tenha plena consciência da necessidade de que a evolução da América Latina se processe por caminhos democráticos, para o que é indispensável que suas exportações aumentem, que sua industrialização se acêlere, que sua agricultura atinja melhores índices de produtividade, que seu povo se eduque.

O Govêrno brasileiro adotou política que envolve consideráveis sacrifícios, para desenvolver o País em bases reais e ordenadamente. Espera compreensão e apoio. Juntamente com outros países da América Latina, o Brasil tem-se empenhado num esfôrço sério, que este Govêrno levará avante, para criar uma zona de livre comércio, capaz de estimular a prosperidade intra-regional.

Pretende o Govêrno realizar os esforços que se façam necessários, e adotar as providências ao seu alcance, para que a execução do Tratado de Montevidéu venha a abrir, a cada Estado, o mais amplo e mais racional aproveitamento de suas potencialidades, do que resultará o desenvolvimento mais rápido e mais seguro de suas perspectivas econômicas.

Importa, assim, proceder, de um lado, a razoável especialização, dentro da zona de livre comércio e, de outra parte, a adequada concentração de recursos de capital e de tecnologia, para atacar empreendimentos demasiadamente amplos para cada um dos países membros, isoladamente. Deve-se mencionar, nesta última linha de idéias, a conveniência da instalação e operação de institutos tecnológicos que aumentem rapidamente o patrimônio de conhecimentos técnicos da América Latina.

Quanto aos atuais acontecimentos que perturbam as relações interamericanas, o Govêrno brasileiro confia em que as Nações irmãs nêles envolvidas encontrarão em breve, e de acordo com os princípios consagrados pelo sistema interamericano, a solução pacífica e justa que êles requerem. O Brasil estará sempre pronto a prestar, em qualquer oportunidade, a sua colaboração mais completa para a pacificação da família continental. Não se pode permitir que o problema da América Latina assuma a feição de lutas e conflitos regionais. O problema real de nossa comunidade fraterna tem de ser e de evoluir rapidamente para a satisfação das aspirações comuns de desenvolvimento econômico, maturidade política e justiça social.

O Govêrno brasileiro está disposto à colaboração mais íntima e ao mais perfeito entendimento com as Repúblicas irmãs da América Latina, tanto no que diz respeito aos problemas regionais. quanto às questões de âmbito mundial.

Êssas, em termos muito gerais, as observações que cabe fazer sôbre a política exterior que o Govêrno se propõe adotar, e que podem ser resumidas nos seguintes pontos:

1) Respeito aos compromissos e à posição tradicional do Brasil no mundo livre;

2) Ampliação dos contatos com todos os países, inclusive os do mundo socialista;

3) Contribuição constante e objetiva à redução das tensões internacionais, quer no plano regional, quer no mundial;

4) Expansão do comércio externo brasileiro;

5) Apoio decidido ao anticolonialismo;

6) Incremento das relações com a Europa, em todos os planos;

7) Luta contra o subdesenvolvimento econômico;

8) Reconhecimento e atribuição da devida importância aos interesses e aspirações comuns ao Brasil e às Nações da África e da Ásia;

9) Estabêlecimento e estreitamento de relações com os Estados africanos;

10) Fidelidade ao sistema interamericano;

11) Continuidade e intensificação da Operação Pan-Americana;

12) Apoio constante ao programa de Associação do Livre Comércio Latino-Americano;

13) A mais íntima e completa cooperação com as Repúblicas irmãs da América Latina, em todos os planos;

14) Relações de sincera colaboração com os Estados Unidos, em defesa do progresso democrático e social das Américas;

15) Apoio decidido e ativo à Organização das Nações Unidas para que ela se constitua na garantia efetiva e incontestável da paz internacional e da justiça econômica.

El Presidente Jânio Quadros en la Ceremonia de Inauguración de la Exposición de Artistas Plasticos Contemporaneos Argentinos, en el Museo de Arte Moderno de Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, 10 de julho de 1961.

"Deseé asistir personalmente a la inauguración de esta muestra, para otorgarle a este acto un sentido especial. Como Presidente de la República, por voluntad del pueblo brasileño, deseo rendir homenaje al fenómeno de madurez cultural sudamericano que esta exposición pone vigorosamente en evidencia.

Nadie, de los que recorran estas salas y observen estas obras, podrá dudar que detrás de ellas, inspirándolas y proveyéndolas de la motivación artística, exista una colectividad pujante, una colectividad com una conciencia perfecta de sus objetivos nacionales, una colectividad que está dispuesta a alcanzarlos y a luchar ardorosa y decisivamente por ellos.

CULTURA

También en nuestro país, también en Brasil, se experimenta el mismo fenómeno. Este edificio del Museo de Arte Moderno, donde fui recibido, todavía candidato, por su distinguida y benemérita realizadora – Niomar Moniz Sodré – y que hoy recibe con generosidad esta exposición de arte de los argentinos, es, a su vez, una clara expresión del arte de nuestra patria. Y en este momento, en esta tierra carioca, en esta ciudad de Río de Janeiro, ciudad que há sido como una puerta a través de la cual hemos mantenido contacto con el mundo entero, el Brasil y la Argentina se manifiestan plásticamente,

por intermedio de este mensaje cultural. Y quien no quiera oír este mensaje, y quien no quiera entender, estará ignorando una gran realidad, estará ignorando dos voluntades nacionales, dos voluntades decididas a colaborar íntimamente para alcanzar sus propios objetivos y que, en ese camino, no retrocederán más, no volverán más para atrás.

MADUREZ

En Uruguayana conversando con el presidente Arturo Frondizi, hablamos de estas cosas. Hablamos de nuestros países y de nuestros pueblos, hablamos de nuestras necesidades nacionales y de nuestras enormes posibilidades. Hablamos del grado de madurez alcanzado por el Brasil y por la Argentina, y sobretodo, hablamos sobre lo que considero un imperativo histórico: nuestra acción conjunta. El Brasil y la Argentina están ligados hoy por una fraternidad indestructible, fraternidad fundada en su origen común, latino y cristiano. Poseen un territorio privilegiado y constituyen dos pueblos auténticamente excepcionales por su pertinacia, su capacidad de trabajo realizador, su esfuerzo y su conciencia nacional.

AUTODETERMINACIÓN DE LAS RELACIONES EXTERIORES

Com el Presidente Arturo Frondizi convinimos en inaugurar una política de estrechamiento de las relaciones bilaterales, una política que deberá elevar nuestro intercambio cultural y comercial a niveles jamás alcanzados. Pero, de la misma manera, convinimos en que esa política, al fortalecer y reforzar políticamente la presencia internacional de los dos países, serviría también para imponer respeto al principio de autodeterminación de los pueblos e introducir un nuevo elemento de equilibrio en este continente, que nació unido y debe permanecer unido. Por último, convinimos en que nuestra unión debería redundar en medidas concretas que resulten en beneficios de nuestros pueblos. Que nuestra unión serviría para demonstrar a los demás países de la tierra que aquí, en el sur de América, existen dos grandes naciones, dos naciones que, com el esfuerzo de todos sus hijos, están luchando para alcanzar los objetivos que les impone la propia civilización contemporánea. Están luchando para integrar sus inmensas regiones en un mercado unificado, en una unidad cultural; están luchando para llevar el progreso tecnológico a los rincones más apartados de sus territorios; están luchando para dar a sus pueblos, que

no deben sufrir injustamente la miseria, la ignorancia y el miedo al futuro, una visión auténtica de lo que debe ser un gran país.

INDEPENDENCIA

Con una posición internacional afirmativa e independiente, que no tolera injerencias de quienquiera que sea, condicionada exclusivamente por su propio carácter y sus legítimos intereses, Brasil no se distrae de los compromisos asumidos con sus hermanos de la familia continental. Nos consideramos miembros natos del mundo libre, nos consideramos vinculados a la civilización cristiana. Pero esa posición no agota el contenido de nuestra política exterior. Reclamamos y exigimos el derecho y la libertad de tratar nuestros intereses, donde quiera que carezcan de defensa. Por otro lado, consideramos que nuestra vocación de tolerancia, nuestra ausencia de preconceptos de raza, nuestros ideales cristianos y democráticos constituyen un factor de comprensión. Constituyen un elemento que podrá contribuir poderosamente a la causa de armonía entre todas las naciones, y a todas las naciones les extendemos generosamente nuestra mano.

La marcha del tiempo y la evolución de la historia están a nuestro favor. Por eso podemos hoy, argentinos y brasileños, reunidos aquí en Río de Janeiro, enviar al mundo este mensaje cultural de dos pueblos unidos a los mismos sentimientos de fraternidad, en la misma conciencia de sus responsabilidades y en el mismo ideal de trabajo fecundo y pacífico".

A Carta-Renúncia

"Fui vencido pela reação e assim deixo o govêrno. Nestes sete meses cumpri o meu dever. Tenho-o cumprido dia e noite, trabalhando infatigavelmente, sem prevenções, nem rancores. Mas baldaram-se os meus esforços para conduzir esta nação, que pelo caminho de sua verdadeira libertação política e econômica, a única que possibilitaria o progresso efetivo e a justiça social, a que tem direito o seu generoso povo.

Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando, nêsse sonho, a corrupção, a mentira e a covardia que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou de indivíduos, inclusive do exterior. Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou infamam, até com a desculpa de colaboração.

Se permanecesse, não manteria a confiança e a tranqüilidade, ora quebradas, indispensáveis ao exercício da minha autoridade. Creio mesmo que não manteria a própria paz pública.

Encerro, assim, com o pensamento voltado para a nossa gente, para os estudantes, para os operários, para a grande família do Brasil, esta página da minha vida e da vida nacional. A mim não falta a coragem da renúncia.

Saio com um agradecimento e um apelo. O agradecimento é aos companheiros que comigo lutaram e me sustentaram dentro e fora do govêrno e, de forma especial, às Forças Armadas, cuja conduta exemplar, em todos os instantes, proclamo nesta oportunidade. O apelo é no sentido da ordem,

do congraçamento, do respeito e da estima de cada um dos meus patrícios, para todos e de todos para cada um.

Somente assim seremos dignos deste país e do mundo. Somente assim seremos dignos de nossa herança e da nossa predestinação cristã. Retorno agora ao meu trabalho de advogado e professor. Trabalharemos todos. Há muitas formas de servir nossa pátria."

Brasília, 25 de agosto de 1961.

Jânio Quadros

Razões da Renúncia

1 - A QUEM FALO E POR QUE FALO

Brasileiros !

A 25 de Agôsto do ano passado, no exercício da Presidência da República, compenetrei-me de que, sem perda da autoridade ou da honra, não mais dispunha de condições, ou de meios, para o fiel desempenho de meus deveres. Nem havia onde e como obtê-los, exceto através das soluções violentas, ou da vergonha das transações.

Daí, a renúncia.

Disse-o, no documento endereçado ao Congresso, que elaborei emocionado, mas resoluto, sob os olhos de vários de meus eminentes auxiliares.

Entendí que, nas circunstâncias de então, era, e ainda o é, bastante explícito. Antes de mim, outro Chefe da Nação, cuja memória guardo com profunda afeição, fôra ao extremo do suicídio, e deixara, na motivação do gesto, razões de relevância, não maiores.

Tinha ciência de que, desvestido do Poder, entregava-me, quase inerme, às mãos das fôrças que me combatem, acrescidas, é óbvio, por muitos que, até então a meu lado, somente intentavam a defesa de suas conveniências.

Convertia-me em um homem comum. Simples cidadão. Um, dentre vós, sem o manto das imunidades ou a armadura dos sistemas e grupos políticos e econômicos.

Não hesitei, porém. Disse aos presentes naquêles instantes de drama: "*Não nasci Presidente, mas, nasci com consciência"*.

Erguem-se, agora, vozes exigindo que ofereça, nas minúcias, as razões da renúncia. Muitas dessas vozes, por paradoxal que pareça, pertencem àqueles que, de forma direta ou indireta, urdiram a trama que me derrubou. Outras, são apenas as de curiosos, ou, ainda, a dos céticos infatigáveis. Mas há, sem dúvida, as de conterrâneos do mais puro espírito público, amantes da Pátria, perplexos ou irados, e a êsses, principalmente a êsses, cuja fé vacilou, eu me dirijo.

De um modo geral, conforta-me reconhecer que o Povo anônimo e humilde, não espera, nem exige contas. Provam-no a acolhida e a vibração de Santos e São Paulo, e, logo depois, o inenarrável espetáculo cívico de Belo Horizonte.

Nas três oportunidades, os que contratei e me temem, expressão que fui, e sou, dêsse Povo, buscaram diminuir, deformar, ou simplesmente esconder êssas demonstrações de carinho e confiança.

É no respeito àqueles e, de modo geral, aos que se curvam sôbre o trabalho e constróem, no campo e na cidade, no arado, no tear, no livro, na caserna, no lar, na emprêsa – operário ou dirigente – imaginando um Brasil austero, tranquilo, fecundo, justo, generoso, altivo e soberano, que decidí falar. A todos, inclusive aos prevaricadores, aos corruptos, aos traficantes, àqueles que a paixão cega e a cupidez inflama, na esperança, que ainda sustento, mesmo na iminência da espantosa tragédia nacional que antevejo, de chegarmos à salvação coletiva.

2 - O QUADRO POLÍTICO

A disputa eleitoral que me guindou à chefia da Nação, em seus elementos constitutivos, de percepção fácil encerra uma lição terrível. O Povo, em sua angústia e em sua cólera, desbordou os Partidos, condenando, a um tempo, os métodos de ação política, e os programas ultrapassados ou equívocos.

Registrava eu, e registro ainda, com veemência redobrada, o surdo rumor dêsse desgôsto e dessa rebeldia. Não me enganava em que, lançado candidato, na identificação dêsse estado de espírito, tentar-me-iam tolher,

nos compromissos e nas transigências, até minha desfiguração, a meus próprios olhos, e aos de nossa gente. Sabia que os velhos e corroídos métodos, inteiramente inaceitáveis para as multidões traumatizadas e, por isso, amadurecidas, politizadas quase com instantaneidade, tentariam sobreviver, tendo como instrumento o candidato.

Em poucos, bem poucos, registrei a compreensão das reformas fundamentais que o País exigia. O que supunham, na esmagadora maioria, aquêles que de mim se aproximavam, é que a minha pregação, e a receptividade com a qual as multidões a escutavam, lhes servissem para a tentativa da perpetuação de sistema, já decomposto, com o engôdo primário da mera substituição dos homens. Em outras palavras: manter-se-ia o embuste governamental, subindo os que estavam embaixo e descendo os que estavam em cima, alternando-se todos, apenas, na posse e no desfrute do Poder.

Lembrem-se os que me vêm e ouvem que, em dado instante, embora a perspectiva tangível da vitória, renunciei à minha candidatura. Claro, entenderam os profissionais do sistema, que essa renúncia era uma farsa. No entanto, se alguns dos amigos que sobrevivem em meu coração, e muitos dos que me atraiçoaram e abandonaram, quisessem ou pudessem depor perante a História, verificar-se-ia que a atitude não só era expontânea, mas, era definitiva.

Afinal, o que me demoveu, além dos reclamos do Povo, foi a dúplice e enganosa convicção que me chegou, de que aquela renúncia se erigia em séria advertência aos grupos de tôda espécie, dêste ou daquele campos e, ainda, a de que me cumpria, como dever inelutável, tentar nas instituições e estruturas vigentes, a esperada obra de renovação. A isso me dispus, retomando a campanha, mas em têrmos da mais absoluta rigidez na defesa dos postulados que a inspiravam, para que não se desfigurasse, em mim, a expressão da inconformidade popular.

Eis-me, após campanha memorável, na qual afirmei, em cada canto de nossa Terra, com franqueza brutal, os pontos de vista e os propósitos do Povo, conduzido por seis milhões de brasileiros, à direção da Pátria.

Registre-se que nada do que faria, a seguir, em nenhum detalhe, em nenhum ítem, em nenhum ponto, deixara de ser proclamado pelo candidato. Sabeis disso, e todos podem verificá-lo.

Aí estão, como exemplos, o discurso sôbre Relações Internacionais, no geral, e Cuba, no particular, proferido na sede de uma revista, e a síntese de

ação futura chamada "Diretrizes de Govêrno", lida por mim, em praça do Recife.

Exercia o Govêrno.

Estava em minoria, no Congresso. E a maioria, inconformada, com a perda das posições, como se comprovou mais tarde, chegaria a quaisquer extremos.

O que, realmente, ocorrera é que o resultado do pleito havia, implicitamente, infirmado três quartos daquêles mandatos; e minha presença, na Presidência, se o Govêrno não negasse a sí mesmo, à sua matriz, a seus fins, ratificaria, nas eleições seguintes, essa cassação.

Estávamos, a maioria e eu, em oposição irremissível.

Ela significava o anti-Brasil; endividado, impontual, em seus compromissos. Desordenado, nas suas finanças. Anárquico ou viciado, na sua administração. Delinquescente, na ordem social. Títere de outrém, no plano internacional. O Brasil sem autoridade. Dos favores, das propinas, do desvio das verbas que deveriam mitigar a fome e a sêde, ou curar os enfêrmos. O Brasil das obras suntuárias que, na espiral inflacionária, proletarizava sua classe média, enquanto atirava à miséria seu operariado. O Brasil que tudo isso padecia, em nome das liberdades democráticas, dos princípios do desenvolvimentismo e, até, da emancipação nacional.

Coloquei-me, em relação a essa maioria, à distância que a Constituição autorizava, e era a única compatível com minha origem. Não lhe faltei, contudo, com a deferência devida ao Poder que representava. E lancei-me à obra hercúlea, desincumbindo-me das obrigações inerentes a meu cargo, convicto de que até meus piores opositores ver-se-iam desarmados, ou deixar-se-iam convencer ao cumprimento de suas obrigações.

Chamei hercúlea a obra. Era-o, e como !

Cabia realizá-la de Brasília, sem alternativa. Hesitasse, e converteria a Capital incipiente, já de fachada esplêndida – sorvedouro insaciável de tantos recursos – em uma dessas cidades da finada civilização mexicana, descobertas quase intactas, na sepultura das florestas.

Madruguei, e anoitecí sôbre a minha mesa.

3 - A SITUAÇÃO FINANCEIRA

O orçamento para 1961 foi votado com um "déficit" de 56 bilhões de cruzeiros. A êsse valor deve-se acrescer o montante de 57 bilhões, diferença

entre a verba consignada no orçamento e a efetivamente devida ao funcionalismo. Mais 21 bilhões, decorrentes de subvenções à Rêde Ferroviária Federal e à Marinha Mercante. Chegava-se, assim, a um "déficit" de 134 bilhões.

A êsse montante, entretanto, cabe aduzir 73 bilhões de restos a pagar, fundos especiais, créditos especiais transferidos e créditos reabertos, o que elevava o "déficit" a 206 bilhões.

À cifra, cumpre somar cêrca de 30 bilhões de cruzeiros; recursos de financiamento para a "Usiminas", a "Cosipa", a "Companhia de Alcalis" e a "Petrobrás", o que eleva o "déficit" financeiro potencial a 240 bilhões.

O Govêrno, ademais, precisava pagar, no exercício, de atrasados comerciais, PVCs e Contratos de Câmbio, 440 milhões de dólares, fechados à taxa oficial de 18,92 cruzeiros e cujos ágios importavam em 92,4 bilhões de cruzeiros. Todo êsse volume de dinheiro fôra recolhido pelo Govêrno anterior, ficando a responsabilidade do seu resgate com a minha Administração. Teria, mais, sempre no exercício de 1961, de pagar 140 milhões de dólares de "swaps", que representavam outros encargos, da ordem de 14 bilhões de cruzeiros. E era mistér, por fim, suportar o onus de vender 650 milhões de dólares, ao falso câmbio de custo de Cr$100,00. A diferença entre êste valor e o custo real do câmbio, se expressava na quantia de 52 bilhões de cruzeiros.

Na realidade, portanto, o "déficit" potencial financeiro, para o exercício de 1961, elevava-se a 440 bilhões, quase meio trilhão de cruzeiros !

Para enfrentar situação de semelhante dramaticidade decidiu o Govêrno:

1 - eliminar gradativamente o denominado câmbio de custo, abolindo-se o artificialismo oneroso do Tesouro;

2 - drástico corte orçamentário, nos programas de investimentos e despesas com materiais;

3 - receita proveniente do ajustamento do dólar fiscal;

4 - receita proveniente das letras de importação;

5 - receita oriunda da diferença de preço dos estoques de trigo, papel e petróleo;

6 - revisão das tarifas dos serviços públicos subvencionados, ajustando-os a seu real valor.

Quanto aos débitos externos, obteve o Govêrno os seguintes resultados, fruto da firmeza e acêrto da política financeira e cambial adotada:

1 - o Fundo Monetário Internacional prorrogou as nossas responsabilidades de vencimento imediato, no total de 140 milhões de dólares e concedeu novo crédito, no valor de 160 milhões de dólares;

2 - os Bancos privados americanos concordaram em consolidar nossas dívidas de 210 milhões de dólares, para pagamento em 6 parcelas semestrais, a partir de abril de 1963;

3 - o Export-Import Bank consolidou o saldo de seus empréstimos compensatórios, no valor de cêrca de 213 milhões de dólares, para liquidação em 20 anos, com período de carência até dezembro de 1963; consolidou, ainda, o saldo de cêrca de 92 milhões de dólares de financiamentos de exportação e projetos específicos, para pagamento em 20 anos, com carência até junho de 1967;

4 - nossos credores europeus – França, Alemanha, Itália, Holanda, Inglaterra, Suiça e Suécia – concordaram em consolidar nossas dívidas de 300 milhões de dólares, para pagamento em 10 anos, com carência de 2;

5 - os Bancos privados europeus, da França, Itália, Suiça, Suécia, Inglaterra, Bélgica, Holanda e Alemanha, firmaram contrato do "stan-by-crédit" com o Banco do Brasil, num total de 110 milhões de dólares;

6 - o Tesouro dos Estados Unidos concedeu empréstimo de 70 milhões de dólares, para financiamento de eventuais "déficits" em nosso balanço de pagamentos;

7 - o Tesouro americano concedeu-nos mais 100 milhões de dólares, que seriam recebidos em setembro de 1961, quando concluída a votação do crédito solicitado pelo Presidente Kennedy, para pagamento em cêrca de 50 anos;

8 - os Bancos particulares americanos nos emprestaram 48 milhões de dólares, para pagamento em 5 anos;

9 - o Govêrno americano concedeu crédito de 70 milhões de dólares, para compra de trigo, pagável em cruzeiros, a 40 anos de prazo, com 4 de carência, menos 14 milhões, que figuraram como donativo.

Conseguiu-se, afinal, que o Govêrno americano transformasse em donativo, para o Nordeste, 34 milhões de dólares da compra de trigo, realizada do govêrno anterior.

4 - A SITUAÇÃO ECONÔMICA

A situação econômica delineava-se, todavia, mais grave.

O Brasil é um país, notoriamente, ávido de capitais; de reduzida taxa de poupança.O fenômeno decorre do baixo nível de renda real "per capita", em conseqüência de um volume insuficiente de investimentos, como decorrência, inclusive, daquela mesma falta de poupança. Trata-se de círculo vicioso, que nossa política econômica tentou romper, no após-guerra. Através do regime cambial, resultante de medidas discutíveis, quanto ao mérito, aos poucos se compôs um sistema, por via do qual, os ganhos do comércio externo foram dirigidos para investimentos industriais. Por meio do chamado "confisco cambial" extraiam-se vantagens da posição estatística do café e dos preços internacionais das matérias-primas e gêneros alimentícios, durante e depois da guerra da Coréia. A concomitância do regime cambial vigente, com a expansão inflacionária interna, gerou, como é do conhecimento de todos, uma transferência de poder aquisitivo, deslocando-se do setor exportador, para o setor importador de nossa economia. Efetuaram-se, assim, grandes importações de equipamentos e matérias-primas para investimentos. Quando as possibilidades de expansão se reduziram, recorreu-se, largamente, a financiamentos do Exterior, para manter elevado o nível das importações. Desta forma, chegamos a "dever" ao Exterior, a curto prazo, a soma fabulosa de mais de dois bilhões de dólares.

O inconveniente do regime, era evidente. Desestimulava as exportações, ao mesmo tempo em que estimulava as importações. Criado êsse estrangulamento, sobrevinha a necessidade de recorrer a empréstimos, que oneravam nossa balança de pagamentos, com a remessa de juros e amortizações.

Para o desenvolvimento econômico do Brasil não se estancasse, impunha-se o incremento das exportações. Se o lográssemos, atenderíamos aos compromissos cambiais, de anos anteriores, sem prejuízo da continuidade das importações essenciais ao País, em especial, de equipamentos e petróleo.

O regime anterior – do confisco cambial – continha indisfarçável contradição; desestimulava as exportações de produtos agrícolas e industriais, para manter em níveis estáveis, a receita de divisas fortes, proveniente das vendas de café. A repercussão do fenômeno, sôbre a estrutura produtiva do País, era profundamente inconveniente. Se de um lado, desestimulava-se a produção de vários artigos, por outro, canalizavam-se os recursos disponíveis

para aquela cultura, cujas safras, por sua vez, empilhavam-se, para impedir queda na receita cambial.

Desta forma, se aquêle círculo vicioso foi, em certo sentido, superado, criou-se outro, que cumpria, igualmente, quebrar. A solução era a do encorajamento das exportações, objetivo que se buscou ateríder, com a agressiva política comercial do Govêrno, na conquista de novos mercados, onde existissem.

Apesar das dificuldades e dos percalços, a política comercial que estabelecí apresentou resultados francamente animadores: em 1959, as licenças de exportação, com exclusão do café, atingiram, até agôsto, a cifra de 427 milhões de dólares; em 1960, 435 milhões de dólares e, em 1961, 523 milhões de dólares.

De qualquer modo, os índices econômicos e financeiros, obrigavam o Govêrno a providências drásticas, de contensão das despesas públicas, sem que fôsse possível, todavia, sob pena de sérios danos à vida nacional, interromper, de pronto, o jôrro das emissões.

Contive-o no estritamente necessário.

Contemporâneamente, tratei, acertadas as nossas contas com os credores estrangeiros, e obtidas novas linhas de suprimento, de ampliar os volumes e as áreas das nossas exportações e importações.

Aí residia a base de nossa sobrevivência como Nação soberana: alargaríamos o nosso comércio com o estrangeiro, ou pereceríamos !

Essa a alternativa.

5 - A POLÍTICA INTERNACIONAL E A ECONOMIA BRASILEIRA

As limitações da nossa economia confundiam-se com as limitações da nossa política externa. Era em decorrência desta que viríamos a afirmar a soberania nacional, convivendo com todos os povos, sem considerações de raça, credos ou filosofias, assumindo nossa maioridade no mundo, ou não teríamos sequer a oportunidade de incrementar o nosso intercâmbio comercial e cultural, quebrando as cadeias que nos jungiam a impérios ideológicos e econômicos. Tal conduta não implicava em hostilizar qualquer Nação mas, por certo, iria contrariar interêsses poderosos.

As relações com Cuba e nossa presença na África, na Ásia e nos países socialistas se convertiam, pois, nas diretrizes da ação política

essencial à soberania, ao progresso, à segurança e ao bem estar de nossa Terra.

Cuba, no contexto destas preocupações, não era apenas a séde de uma revolução vitoriosa, no Caribe. Passou a representar, os próprios fundamentos da política continental; a afirmação dos princípios de auto determinação dos povos, e da não intervenção.

Mais do que isso; confundiu-se o problema cubano com a histórica oportunidade, para o Brasil, de comportamento adulto, nas suas relações de potência para potência.

De um lado, essa política rasgaria horizontes ilimitados para nossa atuação nos estados socialistas e nos jovens estados que emergiam do colonialismo decadente, bafejados pela nossa simpatia, traço constante da generosidade brasileira.

Por outro lado, fundava-se também, essa mesma conduta, no seu aspecto global, em nossos melhores sentimentos cristãos, e no instintivo horror à opressão, ao preconceito e à violência, que definem a história de nosso País.

Poucas nações poderiam, com a autoridade de nosso passado, na luta pelo congraçamento de tôdas as raças e de tôdas as convicções, falar a êsses jovens estados, encorajando-os, sobretudo no plano moral, prevenindo excessos, e evitando que a reação, com atos de desespêro, viesse a conflagrar tôda a humanidade.

Êsse o nosso papel; o da nossa vantagem, e para nossa ventura, o da nossa predestinação.

Tais rumos, tidos como revolucionários por muitos, mas, indiscutíveis para o Povo e para mim, tinham sido fortemente anunciados pelo candidato.

A imprensa reproduzia, na íntegra, discurso que proferi em público e que relembro, agora, em alguns trechos:

> *"Penso em Cuba. É tema que se impõe à meditação de todos. Vejo em Cuba o justo e poderoso anelo de um povo buscando a sua emancipação econômica e social. Um povo em pleno processo de afirmação nacional, órfão de compreensão e de estímulo. A tragédia cubana, que gerou a figura entre heróica e romântica de seu condutor, ameaça todo o sistema continental. Poderá, se mal examinada, jogar por terra a laboriosa ação político-jurídica da Organização dos Estados Americanos".*

E acrescentei:

"Desejo, portanto, afirmar que não prevalece, no mundo contemporâneo, o regime das sanções políticas, militares e econômicas. Tal método acha-se recolhido ao museu dos arcaismos diplomáticos. É a partir destas convicções que cumpre abordar a crise cubana. Cuba não reclama pressão nem justifica sanção de qualquer espécie. Cuba exige compreensão. Não se cuide de puní-la, mas de auxiliá-la: hostilizá-la no Continente corresponderá seguramente a compelí-la a procurar ajuda e segurança fora do hemisfério".

Essa análise, divulgada em julho de 1960, os fatos a tornaram profética, como acentuei; os adversários e muitos dos que me sustentavam recusaram-se a crer no que eu dizia. Dentre os primeiros, alguns cuidavam que eu nada mais fazia senão disputar-lhes as platéias. Era um mistificador. Dentre os últimos, alguns assoalhavam que as afirmações visavam permitir, com habilidades e palavra fluente, a troca dos homens, com a permanência do sistema.

6 - A REAÇÃO ARTICULADA

Não tardou, e percebi, ao meu derredor e sob os meus pés, as articulações dos interêsses contrariados. Dentro e fora do País.

Visitando-me, em março, o Sr. Adolph Berle Junior, coordenador dos Assuntos Latino-Americanos do Departamento de Estado, manifestava apreensões quanto à orientação brasileira. Referia-se às inversões dos Estados Unidos no país do Caribe, e insinuava ação conjunta da família continental, de natureza política, econômica, e até militar. Repeli-o, com polidez, mas com firmeza.

A essa visita, seguiu-se a do Embaixador Cabbot, que, em fevereiro, e depois, a 17 de agôsto, cauteloso, mas obstinado, reiterava aquêle desagrado.

Em abril, o Sr. Dillon tentara, perante mim, estabelecer correlação entre a política externa brasileira e nossos compromissos e necessidades financeiras nos Estados Unidos. Respondi-lhe que não discutia, sequer, aquela política. Afirmei que a fidelidade do Povo brasileiro aos processos democráticos, à unidade continental e às próprias instituições, sob ameaça da crise financeira e econômica, da fome, da miséria e da injustiça social se subordinava ao

êxito dos nossos entendimentos com o grande vizinho do Norte, cuja nova Administração víamos com fundadas esperanças e cujo Povo estimávamos, fraternalmente.

Hão de recordar-se todos que, antes de deixar o nosso País, já substituído e noticiada essa substituição, o Embaixador Cabbot permitiu-se, no Rio de Janeiro, fazer declarações públicas que importavam em interferência descabida nas diretrizes de nossa conduta.

Sem perda de tempo, e me valendo da inauguração da Exposição argentina, naquela cidade, presente o Embaixador, dei-lhe a resposta peremptória, que os sentimentos patrióticos do Brasil ditavam.

Em julho, era o Embaixador da República Federal da Alemanha, isto é o de Bonn, que me transmitia a irritação do seu govêrno, à notícia de que uma Missão Brasileira visitaria a outra Alemanha, e de que receberíamos, aqui, Ministro ou Ministros do respectivo govêrno. Desejava saber se isso implicava em uma revisão das nossas posições na questão de Berlim, e no possível reconhecimento daquêle outro Estado. Respondi à indagação inicial pela negativa, embora insistisse em que o Brasil e seu Povo, só admitiam, para a questão de Berlim, uma solução pacífica. No tocante à última, disse-lhe que dela cogitava, pelo menos naquêle instante, enquanto a ONU e várias Nações examinavam o problema. O Brasil se reservava êsse direito, para uso oportuno.

E aduzi que não tendo sido eu, pessoalmente, nem nosso Povo, responsáveis pela existência de duas Alemanhas, curvava-me à frente da realidade, e com ambas comerciaria, sem quaisquer considerações estranhas a nossos interêsses. Comerciaria com dez alemanhas, se dez existissem.

Coincidentemente, poderosos jornais e eminentes figuras de todos os setores do poder econômico, político e social, desencadeavam luta aberta ao meu Govêrno.

Anunciava-se meu "impeechment". Lia-se da tribuna da Câmara um manifesto de generais, e o Governador da Guanabara iniciava uma série de virulentos ataques à política externa.

Poupava-me, a mim, nas aparências, mas não se enganava quando supunha que sôbre essas política externa estava assente tôda a obra político-administrativa e sócio-econômica, a que me propunha.

Julgava-me tranquilo. Confiava na autoridade presidencial e na autoridade do Govêrno. Supunha que enquanto fôsse autêntico, enquanto não se comprometesse, não me distorcesse nas concessões e nas transigências, o

Povo não me faltaria, como realmente não me faltou, com sua compreensão e solidariedade.

Não imaginava que essas fôrças pudessem investir contra mim, ao revés do sentimento das massas.

Sabia da hostilização permanente, de uns poucos, mas perigosos comunistas. A êsses, eu enfrentara desde o início de minha vertiginosa, mas, atribulada vida pública. Sempre me combateram; sempre os combati. Combatia-os convencido que estava, e estou, de que dentro do regime democrático, promovidas as corajosas transformações orgânicas que entreguem o Brasil aos brasileiros, inspirados os governantes no verdadeiro nacionalismo, ao qual repugna, com o mesmo asco, tanto a sovietização da Pátria, quanto a ditadura do poder econômico interno e externo que nos explora, encontraríamos solução para os nossos males: Essas reformas deveriam alcançar tôda a estrutura da vida nacional, adaptando-a aos novos tempos, às novas exigências, permitindo ao Govêrno através de meios hábeis, eficientes, seguros, a consecução de seus fins em pról do bem estar social. Essas reformas dariam, em súmula, legitimidade à representação popular, e erradicariam, de vez, os demagogos, os mentirosos, os desonestos, fazendo, ao mesmo tempo, impossível a exploração do homem pelo homem, no proveito dos maus brasileiros, ou da cupidez estrangeira.

Uns e outros, comunistas e porta-vozes dêsse poder econômico corrupto e corruptor, compuzeram-se para a minha deposição.

É a mais estranha de tôdas as simbioses.

Quem examinar o quadro nacional de agôsto encontrará, de mãos dadas, na aparente contradição das teses e absoluta identidade dos fins, êsse poder econômico e êsses comunistas, isto é, os grupos e instrumentos financeiros do Brasil e do Exterior, ao lado dos agentes da subversão vermelha, na mesma tarefa de desmoralização e derrubada do Govêrno.

Aos primeiros, eram aparadas as garras. Limitava-se-lhes a voracidade; os apetites. Dispunha-se o Govêrno a discipliná-los respeitando o capital e a emprêsa privada, nossa ou do estrangeiro, mas, exigindo que se colocassem a serviço da Nação e de seu Povo.

Aos segundos, alcançava-os o Govêrno em suas bases, mostrando ao proletariado consciente que o remédio para os nossos males não precisa ser importado, nem implica na supressão de valores cristãos, morais e terrenos, que julgamos insubstituíveis.

A 3 de agôsto, recebí, em Brasília, o Presidente do Peru, a quem expús os fundamentos das diretrizes de nosso País, no campo internacional. Dirigindo-se ao mesmo Presidente, no Rio de Janeiro, logo depois, declarava o Governador da Guanabara, em discurso de saudação:

> *"Nossa atual política exterior está destruindo a unidade do continente americano e colocando o Brasil como cabeça de ponte diplomática para a Rússia completar o que militarmente iniciou em Cuba, com a invasão de técnicos que preparam, para todos nós, dias de agonia".*

Não era verdade. Êsse pronunciamento, porém, como outros que o antecederam, já nos causava grandes danos, fora de nossas fronteiras.

No triste desconhecimento em que os nossos Govêrnos deixaram o Brasil, do exterior ainda se confundia o Rio de Janeiro com a Capital da República. Por esta razão, o noticiário que saia de nosso País, muitas vêzes parcial, senão contrário às nossas conveniências e à nossa realidade, agravava a confusão. Dir-se-ia que tínhamos dois responsáveis pela condução de nossos destinos, ou que existiam duas pátrias.

No Congresso, as mensagens, que eu enviara, não caminhavam. O projeto de lei anti-truste era acusado de esquerdismo e mutilado; o de remessa de lucros era acusado de direitista, e, afinal, substituído por outro.

Não tardou que um ataque geral, compreendendo a grande imprensa, os meios políticos e extensa maioria da Câmara, fôsse lançado contra meu Govêrno.

Dirigentes de partidos, tradicionalmente incompatíveis, entre si, buscaram e acharam, na luta contra nossa política de austeridade e de libertação popular, um denominador comum.

O presidente do Partido Libertador e os chefes do Partido de Representação Popular condenavam-me a política, em surpreendente ação conjunta com os líderes do P.S.D., do P.T.B., do P.S.B e do P.S.P.

Restava-me a U.D.N., fartamente representada na Administração.

Naquêles primeiros dias de agôsto, entretanto, o presidente da União Democrática Nacional procurou o Ministro da Justiça para significar-lhe a insatisfação de seus correligionários, diante dos rumos do Executivo. Essa inconformidade seria polarizada, aduziu, pelos governadores de Alagoas, Bahia, Pernambuco e Guanabara.

Na mesma proporção em que tinha o Povo por mim, tinha os políticos dominantes contra mim.

O desleixo pela causa pública, pela promoção das medidas de interêsse geral, demonstrado, por quase tôda a Câmara, traduzia-se, agora, em mobilização dinâmica, implacável, na arremetida contra o Presidente.

Como, no exercício de prerrogativa minha, e por motivos que entendi superiores, outorguei a Ordem do Cruzeiro do Sul, ao Ministro da Economia de Cuba – e no Ato deixei bem claro que distinguia o Ministro – o Ministro! -, noticiou a imprensa um movimento entre oficiais das Fôrças Armadas, no sentido de se despojarem de suas condecorações.

Nêsse mês de agôsto os ataques ao Govêrno avultaram em seu ímpeto, e foram em crescendo até a noite de 24, quando o governador da Guanabra, pela televisão, entendeu anunciar conspiração oficial, que envolvia colaboradores diretos da Presidência, no intento de destruir a ordem democrática.

Confessava não ter provas. Dizia textualmente: *"fica a minha palavra contra a dêle"*.

Confortado pela minha consciência e habituado às invectivas e aos excessos do referido governador não dei maior significado à acusação.

7 - O QUADRO CRIADO PELA REAÇÃO

Na antemanhã, a caminho do Palácio dos Despachos – e só aí -, tive ciência do que sucedera: as fôrças terríveis a que aludira depois, no documento de renúncia, lograram reunir a Câmara naquela madrugada, convertendo-a em Comissão Permanente de Inquérito, sem precedentes, com a mobilização de Deputados.

Falava-se no "início de um grande processo"; falava-se em "indiciados"; exigia-se o chamamento imediato, ao Plenário, do "acusador" e dos "acusados".

O inquérito não atingia ministro ou ministros; atingia ao Presidente, do qual êstes eram simples delegados. O que se desejava destruir era a autoridade do Poder Executivo, inquerindo-o e estraçalhando-o naquela mesma tarde, nos têrmos da intimação que indicava o dia, o local e a hora, tudo no arrepio da lei da Câmara e da própria Constituição, que faz os ministros responsáveis sòmente perante o Presidente, ou perante o Supremo Tribunal. Se acolhida a intimação, conspurcado estaria o Poder Executivo envolvido no labéu de

uma conjura. Desapareceria sua fôrça que repousava na fidelidade à lei e em sua aplicação inflexível. Desvestia-se, seu Chefe, da magestade com a qual encarnava o povo que o conduzira ao cargo. Roubava-se sua independência, para sujeitá-lo a um processo infamante e violento. Sem apôio a qualquer texto legal. Arrombava-se e envadia-se a Séde da Presidência, como já se fizera em outra oportunidade, com outro Presidente.

Era o "Dia do Soldado".

Devia eu participar da cerimônia. Condecorar Bandeiras.

Convoquei os ministros militares; o Ministro da Justiça; o Chefe do meu Gabinete Militar, o Chefe de meu Gabinete Civil. O secretário Particular. Expuz-lhes a seriedade da situação. Encontrei-os conscientes dessa gravidade.

Se admitida a monstruosa Comissão Permanente de Inquérito, na qual a Câmara se convertera de madrugada, desapareceria a autoridade presidencial.

Esta, o único patrimônio do Govêrno. Patrimônio haurido na manifestação revolucionária das urnas, a mesma manifestação que destituira a antiga maioria. Era o próprio Govêrno. A sua voz; a sua firmeza; o respeito que informava; a sua fôrça. Não havia como tolerar o abuso, exceto com a capitulação.

Examinei, à presença daquêles colaboradores, cada uma das alternativas. Podia intervir na Guanabara. Era uma hipótese. Por via da intervenção colhia a cabeça que, desejada por muitos dos que me agrediam, possivelmente os aplacaria, deslocando a área da crise. Antepor-se-ia e sobrepor-se-ia, então, ao pretexto de que se valera a Câmara, um impacto emocional, capaz de distrair a opinião e, no entretempo, cogitar-se-ia das medidas que circunstâncias ulteriores recomendassem.

Não encontrei em mim disposição para adotar o que me pareceu um expediente. A própria autoridade política e moral que desejava salvaguardar, se me afigurava incompatível com a intervenção, que assumiria, aos olhos de muitos dos meus conterrâneos, o caráter de vindita ou de fuga às minhas ocasionais responsabilidades.

Afastei a idéia.

Numa segunda hipótese, poderia dispor-me a reduzir a Câmara, que nada me dera, porque empenhada na minha demolição, ao último desprestígio. Dir-lhe-ia, simplesmente, que ministros meus, naquelas circunstâncias, jamais deporiam. Não me impressionava, e sabia que não os impressionava o depoimento em si, e sim o processo que, ao atingí-los, objetivava realmente tão só ao Chefe da Nação.

Em um e outros casos, eu teria lançado a nossa Pátria no plano inclinado das repercussões incalculáveis.

Se tivesse vencido os meus escrúpulos, para intervir, talvez ensanguentasse as minhas mãos, e o faria na condição de parte no processo, eis que a denúncia me visava. Fôra articulada contra mim.

Se alvitasse a Câmara e encarnecesse da sua autoridade, como ela escarnecera da minha, teria dado o penúltimo passo para a destruição daquêle Poder, que já perdera o respeito das massas. Aí, inclusive os homens bem formados, e aquela Casa os tem, precisariam reagir em sua defesa. Teríamos agravado a crise institucional, o conflito irremediável dos poderes, a levar-me, inexoravelmente, ou à capitulação, ou às inelutáveis conseqüências.

Podia, afinal, recorrer ao golpe.

Nunca me preocupei, meus concidadãos, com o que se chama "a situação militar". Atribuí, com exclusividade, aos respectivos Ministros, a gerência dessas Pastas. Não tinha o que se denomina "dispositivo próprio", nem o encorajava. Queria, e só, nos comandos e nas promoções, os melhores soldados; desejava, e só, nas três corporações, a submissão à lei, isto é, ordem e disciplina, sem as quais não poderia entregar-me ao trabalho. Jamais persegui ou insinuei perseguições. E a bem da verdade devo proclamar que encontrei, em tôdas as armas, sobretudo na sua mocidade, colaboração embarcada pelo mais profundo idealismo.

Mas, e o golpe?

Eu jurara a Constituição. Era alguém que, nos braços do Povo subira de uma vereança à Presidência da República. Tôda a minha pregação sustentara em sua essência o processo democrático. Êste possibilitara ao modesto advogado e professor a Primeira Magistratura. A democracia fôra e devera ser a estrêla tutelar de minha vida.

Em nenhum instante, como sucedeu a muitos de nossos melhores democratas, compactuara com a ditadura. Nela, jamais pleiteara algo; jamais recebera coisa alguma.

Não fôra eleito para rasgar, ameaçado e acuado, a Carta que jurara.

Os três recursos demoravam à minha frente.

Repito para o vosso conhecimento: foi plena a minha autoridade no comando do Poder que me incumbia. Autoridade que resultava da inteireza moral. Da rigorosa exacção no dever. Das inequívocas raízes populares.

Sentia, em tôrno de mim, como a estreitar-me, o calor do apôio brasileiro. Não me convenciam as hipóteses que se me apresentavam. Tôdas elas

despojavam-me daquela autoridade. Tôdas elas podiam, com ou sem êxito, não importa, enlutar a família nacional. Se qualquer delas adotasse, atraiçoaria a mim mesmo. Negaria a minha pregação. Teria, sempre a perturbar-me a consciência da ilegitimidade do Poder.

8 - A RENÚNCIA

Havia outra porta. Não era, exatamente, a escolhida, por outro Presidente. Êsse, por motivos vários, admitira um inquérito e, só muito tarde, percebeu que o procedimento objetivava a sua pessoa. Só lhe restou a dignidade na morte. Vi, claramente, isso. Não era contingência a que me devesse entregar, porque, mercê de Deus, mantinha ainda a dignidade em vida.

Por isto, renunciei.

Não demorou, e recebi notícias da posse festiva de meu sucessor legal.

Com raras exceções, o ambiente político de Brasília, era o da euforia. Acomodavam-se, todos.

Só eu não podia permanecer. Permanecesse, e me converteria num foco de agitação. Um motivo de inquietude. A matriz de desordens. Só me restava, a bem da Pátria, o exílio voluntário. Foi o que fiz.

Não tive e não tenho qualquer responsabilidade no parlamentarismo que se implantou. Não o rejeito de plano. Minha impressão pessoal é a de que, para a manutenção do sistema político-administrativo, contra o qual fui eleito na rebelião popular, como se adotou o parlamentarismo, poder-se-ia ter estabelecido a monarquia!

9 - RUMOS FUTUROS

Agora, meus patrícios, as palavras finais.

Incitam-me a condenar homens. Recuso-me. Importam pouco. Falo na condição excepcional de quem exerceu a Presidência da República, esgotando a sua biografia. Admito, só para argumentar, que ao meu pior inimigo inspire o desejo de servir ao Brasil. Não o fará neste arcabouço! É total a inadequação do nosso Govêrno às necessidades nacionais.

Precisamos ajustar a política brasileira, a administração brasileira, a economia brasileira, a sociedade brasileira, aos reclamos do novo Brasil. Temos que encontrar, dentro da formulação democrática, caminhos pelos

quais a nossa Constituição, o voto popular, e, em conseqüência, as transformações fundamentais atendam às nossas exigências. Temos que colher no Povo, que é a única fonte da nacionalidade, as suas aspirações, e convertê-las em realidades tangíveis. Temos que casar a política e a Nação, pondo fim a êsse divórcio que, se subsistir, implicará em nosso desaparecimento.

Não perdi a fé. E porque não perdi a fé, prossigo e luto. Agora, sou apenas um dentre vós. Nada me resta. Nada, exceto a certeza, que vos reitero, de que em nenhum momento vos enganei. Saio, pois, em pregação, pelo imenso País. Vou às cidades e aos campos. Falarei a todos, preconizando essas reformas básicas que nos facultarão, sincronizados Govêrno e Povo, converter-nos em grande Nação.

É uma cruzada a favor de todos.

O que cumpre é impedir que os reacionários, os corruptos, os comunistas, lancem-nos à tragédia, na ocupação, ou na manutenção dos postos-chaves da República.

O que cumpre é impedir que o Poder Econômico continue na sua espoliação do país, desgraçando-o e desgraçandonos.

A isso me proponho.

Devo-o a cada um de vós, ao operário, ao camponês, ao comerciário, ao estudante, à mãe de família, ao industrial consciente, ao meu irmão esmagado pelo ceticismo, pelos sofrimentos.

Nunca me senti mais forte do que nesta hora. E, por isso mesmo, a todos conclamo à obra ingente. O que asseguro aos incrédulos, aos indiferentes, aos egoístas, é que se não nos unirmos para dar pão aos que têm fome, água aos que têm sede, teto aos desabrigados, roupas aos desnudos e justiça aos perseguidos, - dignidade humana ao brasileiro! – todos nós mergulharemos nas trevas. Nas trevas sem fim.

Jânio Quadros

S. Paulo, 15 de março de 1962.

Bilhetes de Jânio Quadros

De Brasília **Em 23/2/61**
GP/MRE/9

Excelência,

Consoante nosso despacho de ontem, solicito providência [no] sentido de:

a) Constituir um grupo de trabalho com o obje[tivo] [± 5 *caracteres*]rar a representação diplomática brasileira nos no[vos Estados] africanos.

b) Elaborar esse ministério a política brasi[leira] naq[ue]le continente, que deve ser reexaminada em todos os [seus] aspec[tos], sobretudo no político, no econômico e no cultural.

(A) JÂNIO QUADROS

De Brasília **Em 10/3/61**
Ministério das Relações Exteriores GP/MRE/25

Excelência,

1) Aprovo o trabalho referente a bolsas de estudo para africanos, autorizando a concessão de 20, ainda esse ano; 40 em 1962; 60 em 1963; 80 em 1964 e 100 em 1965.

2) Limitá-las, em 1961, à medicina, farmácia, odontologia, arquitetura, agronomia e veterinária.

3) Distribuí-las pelas nações africanas de maior representação política, econômica e cultural e, com exclusividade, às jovens nações que acabam de lograr independência, inclusive, o Egito.

JÂNIO QUADROS

De Brasília **Em 13/3/61**
Ministério das Relações Exteriores GP/MRE/28
CÓPIA

Excelência,

1) O presidente da República do Senegal dirigiu-se ao governo brasileiro formulando convite para que esteja presente a 3 e 4 de abril, às solenidades da independência do novo Estado africano. Tendo em vista o alto interesse em estabelecer rigorosas e intensas relações político-econômicas e culturais entre as duas nações, deseja que Vossa Excelência, pessoalmente, represente nosso país, convidando para a delegação um congressista que escolherá.

2) Determine Vossa Excelência a elaboração de uma agenda geral, em particular, de assuntos econômicos e culturais. Convém examinar, em Dacar, ainda, os problemas relacionados com a instalação da missão brasileira permanente.

(a)JÂNIO QUADROS

De Brasília **Em 13/3/61**
Ministério das Relações Exteriores GP/MRE/29

Excelência,

1) As relações comerciais entre o Brasil e a África do Sul podem ser ampliadas. Desejo que Vossa Excelência, tendo em vista a presença da missão de homens de negócios daquele país, dedique um interesse especial ao café, ao algodão, e aos tecidos, entre outros itens, a troco de equipamentos industriais.

2) Dê instruções para que eu seja mantido informado desses entendimentos.

(a)JÂNIO QUADROS

De Brasília
Para o Senhor Ministro de Estado LEMBRETE

Receberei os diretores do Banco Interamericano. Desejo a agenda respectiva, sobretudo no que diz respeito a interesses da SUDENE e outros setores do governo.

Nessa mesma noite falarei ao país pela passagem do Dia PanAmericano. Discurso dirá respeito à solidariedade con[tinen]tal, à autodeterminação dos povos americanos, à sua [eman]cipação econômica e política com a condenação do colonialismo, e à OPA; aguardo a minuta desse discurso.

(a)JÂNIO QUADROS

Gabinete do Presidente **Em 15/4/1961**
Ministério das Relações Exteriores,SUDENE GP/MRE/63

1) Decido apoiar junto ao Fundo Especial das Nações Unidas as gestões feitas pela Secretaria Executiva da CEPAL, no sentido de criação de um Instituto de Planejamento Econômico que funcionará naquela organização especializada da ONU.

2) Recomendo ao Ministério das Relações Exteriores que instrua o representante brasileiro junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para que apóie a participação do organismo na criação do referido Instituto de Planejamento Econômico. Recomendo, outrossim, instruir a delegação brasileira na próxima reunião da CEPAL em caráter [sic], para que apresente resolução apoiando a criação do instituto citado.

JÂNIO QUADROS

De Brasília/Gabinete do Presidente da República **Em 2/V/1961**
Para o Ministro de Estado

Muito me contrariou notícia no *Estado de São Paulo* referente a um suposto convite a Kennedy. A despeito de parecer originária de Brasília não acredito seja essa a origem. Determinei inquérito a respeito. Solicito de Sua Excelência o ministro rever, no Itamaraty, nosso sistema de segurança. O mesmo será feito aqui em Palácio.

JÂNIO QUADROS

De Brasília **Em 21/6/61**
Ministério das Relações Exteriores GP/MRE/172

Excelência,

Solicito expedir instruções urgentes à delegação brasileira na Organização Internacional do Trabalho para votar com a Nigéria, condenando a política racial da África do Sul.

JÂNIO QUADROS

De Brasília **Em 26/6/61**
Ministério das Relações Exteriores GP/MRE/184

Excelência,

1) O secretário de Comércio da República Democrática Alemã virá ao Brasil, chefiando uma delegação.

2) Preparar a agenda do intercâmbio entre os dois países, sem prejuízo da imediata ampliação dessas trocas, à luz das relações já existentes e dos resultados da missão do embaixador João Dantas.

3) No que respeita aos resultados da missão, já enviei memorando a esse ministério. Precisamos aproveitar ao máximo os entendimentos promovidos pelo referido embaixador, atentos, e somente, aos interesses do Brasil.

JÂNIO QUADROS

Presidência da República/Gabinete do Presidente **Em 7/6/61**
Ministério das Relações Exteriores GP/MRE/155
URGENTE

Excelência,

1) O Brasil, através do Ministério das Relações Exteriores, acaba de receber uma das mais altas distinções da sua história: a de ser escolhido, juntamente com a Suíça, para investigar, através do Ministério Público, em nome das Nações Unidas, as circunstâncias da morte de Patrice Lumumba.

2) Formule Vossa Excelência, consoante nosso despacho de ontem, convite ao professor Antônio de Queirós Filho, para representar nosso país.

JÂNIO QUADROS

De Brasília **Em 10/08/61**
Ministério das Relações Exteriores, GP/MRE/270
Ministério da Fazenda.

Excelência,

1) A Associação de Amizade Sino-Latino-Americana promoverá, em São Paulo, uma exposição cultural representada por objetos de arte confeccionados naquele país desde as mais remotas eras.

2) O Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Fazenda proporcionarão todas as facilidades para o desembaraço das obras de arte e para a exposição em apreço, concedendo o "visto" aos passaportes dos dois acompanhantes.

3) Parece conveniente Vossa Excelência outorgar ao próprio grupo de trabalho poderes para a implantação do relatório, louvando, ou fazendo louvar, os seus integrantes pelos magníficos serviços prestados ao páis.

JÂNIO QUADROS

Brasília **Em 18/8/61**
Ministério da Fazenda, Ministério das GP/MRE/273
Relações Exteriores, Banco do Brasil S/A,
Instituto Brasileiro do Café

Excelências,

1) Aprovo. A política do governo é de intensificar e dinamizar o intercâmbio com o exterior, para o que se faz indispensável manter um regime contínuo de comércio.

2) Embora ao comércio com os países do Leste Europeu possam ser proporcionadas certas condições especiais, visando ao seu incremento, estas não deverão se sobrepor à legislação vigente e terão sempre em vista o objetivo do governo de diversificar as fontes de suprimento de bens necessários ao nosso processo de desenvolvimento.

3) As exportações de café deverão reger-se pela orientação contida na anexa exposição, não competindo ao IBC interferir na importação de produtos, quer de países do Leste Europeu quer de outras áreas.

4) Incumbe à Carteira de Câmbio e à Carteira de Comércio Exterior processarem, de acordo com os critérios que forem estabelecidos pelo Conselho da SUMOC, aquelas importações que, pelas características especiais, não puderem ser efetivadas através das normas usuais de comércio.

5) Ao grupo de trabalho, formado no Ministério das Relações Exteriores com o fim de integrar na economia nacional os acordos celebrados, caberá examinar com urgência as sugestões sobre a intensificação e multilateralização do intercâmbio com o Leste Europeu.

JÂNIO QUADROS